 <p>elejor ENERGIA PARA UM MUNDO SUSTENTÁVEL ENERGY FOR A SUSTAINABLE WORLD</p>		<p align="center">AES AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS</p>	
<p>ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A. CNPJ: 04.557.307/0001-49- Inscrição Estadual: 902.389.77-65 Rua José de Alencar, 2021 - Juvevê CEP 80.040-070 – Curitiba/PR</p>			
ÁREA EMITENTE Financeira	ORIGEM DOS RECURSOS 6105.1.28.01.01	NÚMERO 015/2022	DATA DE ASSINATURA 07/07/2022
CONTRATADA CLINIMERCES MEDSISTEN – ASSESSORIA EM SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA		CÓD. FORNECEDOR	CNPJ 09.110.390/0001-27
ENDEREÇO Rua XV de Novembro, 792, Loja 02.		CEP 80.020-310	CIDADE Curitiba
			UF PR
JUSTIFICATIVA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA EM SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO (SST). Conforme PAC 015.2022. Dispensa 011.2022.			

FICA(M) V.Sa.(s) AUTORIZADO(S) A EXECUTAR OS SERVIÇOS ABAIXO DISCRIMINADOS

CLÁUSULA I - DOCUMENTOS INTEGRANTES E GESTOR

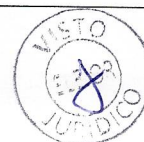
Faz parte da presente AES, como se nela estivesse transcrito os seguintes documentos, de cujo inteiro teor as partes declaram ter pleno conhecimento: a) a proposta da **CONTRATADA**; b) Termo de Referência e Anexos, quando houver; c) Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Elejor (RILC). Designa-se gestor deste Contrato o *controller* Eduardo Joakinson, nos termos do item 10.3.1 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Elejor (RILC).

CLÁUSULA II - OBJETO

Contratação direta, sob o regime da empreitada por preço global, de serviços de assessoria em segurança e saúde no trabalho (SST), em conformidade ao cumprimento da NR 07 do Ministério do Trabalho, que trata do PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional bem como os exames clínicos, e PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos. P.P.P – Perfil Profissiográfico Previdenciário IN 99 do INSS. para:

- 1) Elaboração, implantação e acompanhamento **PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional**, estabelecendo para tal o cronograma de execução dos exames, segundo previsto na Norma Regulamentadora “NR-07”, em conformidade com a Portaria SEPRT 6.734, de 09/03/2020, ou aquela que venha a substituí-la.
- 2) Execução dos **Exames Clínicos** realizados em **CURITIBA E SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (Admissional, Periódico, Mudança de Função, Retorno ao Trabalho e Demissional)**.
- 3) A liberação do **ASO – Atestado de Saúde Ocupacional**, segundo previsto na Norma Regulamentadora “NR-07”, com realização dos exames de: a) admissão, b) periódico, c) de retorno ao trabalho, d) de mudança de função, e) demissional e f) exames complementares (se necessário), conforme previstos no PCMSO.
- 4) Elaboração, implantação e acompanhamento do **PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos**, segundo previsto na Norma Regulamentadora “NR-09”, em conformidade com a Portaria SEPRT nº 6.735, de 10 de março de 2020, ou aquela que venha a substituí-la.
- 5) **GRO – Gerenciamento de Riscos Ocupacionais**, segundo previsto na Norma Regulamentadora “NR-01”.

PAC ELEJOR 015/2022 – Dispensa 011/2022



- 6) Elaboração do **LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho**, sem avaliação quantitativa, segundo previsto no parágrafo 1º, do Artigo 58, da Lei nº 9.528/1997, devidamente expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho.
- 7) Implantação e Emissão do Documento **Base PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário**, na forma estabelecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, para todos os funcionários registrados.
- 8) **ESOCIAL: Envio de Eventos de SST** em atendimento da Escrituração Digital de Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais (eSocial).

CLÁUSULA III - PREÇO E REAJUSTE

A **ELEJOR** pagará à **CONTRATADA** a quantia anual de **R\$ 1.600,00** (mil e seiscentos reais), em 12 (doze) parcelas de R\$ 133,33 (cento e trinta e três reais e trinta e três centavos), atendendo até 12 colaboradores, com um adicional de R\$ 7,50 por excedente, caso houver.

O preço é fixo e irrevogável para o período de 12 meses. A cada 12 meses, os preços poderão ser reajustados com base na data de assinatura da AES e de acordo com a variação do INPC/IBGE ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, previamente acordado entre as PARTES.

Para fins contábeis, dá-se ao contrato o valor de **R\$ 8.000,00**.

CLÁUSULA IV - PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

- 4.1 - **Execução:** 60 (sessenta) meses, após a formalização pela **ELEJOR**.
- 4.2 - **Vigência:** 60 (sessenta) meses a contar da data de assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA V - FATURAMENTO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 5.1 - O faturamento será mensal, conforme estabelecido na Cláusula Preço e Reajuste, uma vez entregue os serviços do período, aceito e aprovado pela **CONTRATANTE**.
- 5.2 - Conforme disposto no Decreto Estadual do Paraná nº 2129/2008 e na Norma de Procedimento Fiscal do Estado do Paraná nº 49/2008, a **CONTRATADA** deve emitir a Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica e observar os seguintes procedimentos:
 - a) A(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) de Prestação de Serviços, deverá(ão) ser emitida(s) pela **CONTRATADA** e apresentada(s) na **ELEJOR** para protocolo, impreterivelmente, até o dia 20 (vinte) de cada mês, para que haja tempo hábil na retenção e recolhimento dos respectivos impostos, encargos e contribuições;
 - b) Discriminar na Nota Fiscal todos os tributos a serem retidos.
 - c) Enviar a Nota Fiscal/Fatura de prestação de serviços para os e-mails: elejor@elejor.com.br; jucelia@elejor.com.br e financeiro.est@elejor.com.br com a identificação, no campo “assunto” do e-mail, do nome da **CONTRATADA** e do número da Nota Fiscal/Fatura;
 - d) Enviar o arquivo XML da Nota Fiscal/Fatura de venda de materiais, se houver, para o e-mail elejor@elejor.com.br; jucelia@elejor.com.br e financeiro.est@elejor.com.br, com a identificação, no campo “assunto” do e-mail, do nome da **CONTRATADA** e do número da Nota Fiscal/Fatura. Os arquivos XML não poderão estar compactados e devem estar em conformidade com as disposições técnicas estabelecidas no Manual de Integração da Nota Fiscal Eletrônica, sob pena de não serem processados.
- 5.3 - Juntamente com a(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s), a **CONTRATADA** deverá apresentar as seguintes certidões negativas, como condição de pagamento, em original ou cópia autenticada em cartório ou emitida por sistema eletrônico – rede de comunicação Internet:
 - a) Prova de regularidade para com a Seguridade Social, através da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
 - b) Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
 - c) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.
- 5.4 - O pagamento da Nota Fiscal/Fatura será efetuado através de crédito em conta corrente da **CONTRATADA**, em estabelecimento bancário por esta indicada, após 15 (quinze) dias do protocolo do referido documento na **ELEJOR**. O cronograma de pagamentos é feito preferencialmente através do Banco do Brasil nas seguintes datas: 05 – 15 – 20 – 25 e 30 de cada mês.
- 5.5 - Serão pagos encargos financeiros pelo atraso de pagamento de responsabilidade da **ELEJOR**:



Handwritten signatures in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.

- a) Multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) limitada a 2% (dois por cento), sobre o valor pago em atraso, incidentes a partir do primeiro dia subsequente ao vencimento da obrigação.
 - b) Juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, *pró-rata-die*, contados após a data de vencimento da obrigação e até o efetivo pagamento da obrigação principal;
 - c) Correção monetária com base no INPC, *pró-rata-die*, contados após a data de vencimento da obrigação e até o efetivo pagamento da obrigação principal.
- 5.6 - A **CONTRATADA** deverá responsabilizar-se pelo pagamento de todos os tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e outros incidentes pela execução do objeto deste Contrato. Não se estabelece, por força deste contrato, qualquer vínculo empregatício ou responsabilidade nesse sentido entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** e vice-versa.
- 5.7 - Em cumprimento ao disposto no artigo 69, inciso IX da Lei Federal nº 13.303/2016, a **ELEJOR** se reserva o direito de periodicamente fiscalizar as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.
- 5.8 - A **ELEJOR** também poderá verificar, a qualquer tempo, a manutenção da condição da **CONTRATADA** não estar impedida de participar de licitações e/ou contratar com a Administração Pública através de consulta ao Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná - CFPR, ao sistema Gestão de Materiais Obras e Serviços - GMS e ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

CLÁUSULA VI - OBRIGAÇÕES DA ELEJOR E DA CONTRATADA

- 6.1. É de responsabilidade da **ELEJOR**:
- a) Fiscalizar e efetuar o pagamento dos serviços devidamente realizados;
 - b) Reter os impostos devidos pela **CONTRATADA**, conforme legislação específica, no caso de não comprovação do pagamento.
 - c) A **ELEJOR** inscreverá todos os seus funcionários no ato da assinatura do presente Contrato, através de uma relação em que devem constar nome completo do funcionário sem abreviaturas, PIS/PASEP, data de nascimento, CTPS, Nº, Série e Uf., data da admissão, Cargo, Nº C.B.O versão 2002 e RG.
 - c.1 As alterações no quadro de funcionários deverão ser comunicadas a **CONTRATADA**, por escrito, no mesmo dia em que ocorrer o fato.
 - c.2 A **ELEJOR** obriga-se a encaminhar os funcionários para exames ocupacionais sempre que necessário, bem como fornecer à **CONTRATADA** toda informação necessária para o fiel cumprimento das normas contidas neste contrato.
 - c.3 A Liberação do ASO pela **CONTRATADA** ocorrerá após concluídos os resultados de todos os exames ocupacionais realizados pelo funcionário, previstos no PCMSO.
 - d) Se houver a necessidade de Exames Complementares, ou outros documentos não cobertos pela Portaria nº 24 e 25 de 29/12/1994, do MTE, caso do: i) LI – Laudo de Insalubridade previsto na Norma Regulamentadora “NR-15”, e ii) LP – Laudo de Periculosidade previsto na Norma Regulamentadora “NR-16”, estes serão custeados pela **ELEJOR**, de acordo com a tabela vigente e após estudo individualizado;
- 6.2. É de responsabilidade da **CONTRATADA**:
- a) Responsabilizar-se pela integral prestação dos serviços, possibilitando desta forma a obtenção de ótimo resultado em acabamento e brevidade de tempo;
 - b) Manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
 - c) Refazer, às suas expensas e dentro do prazo determinado pela **ELEJOR**, as partes dos serviços que apresentarem defeitos ou falhas;
 - d) Encaminhamento das certidões negativas de débitos trabalhistas, de débitos relativos a créditos tributários federais e à dívida ativa da união e Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) com prazos de validade vigentes;
 - e) Garantir o respeito e o compromisso aos preceitos estabelecidos no Código de Conduta da Elejor pelos seus empregados alocados na prestação dos serviços objeto deste contrato, o qual se encontra disponível no endereço eletrônico www.elejor.com.br;
 - f) Informar no corpo da nota fiscal o número desta AES;
 - g) Conhecer e cumprir as normas previstas na Lei 12.846/2013, de 01.08.2013 ("Lei Anticorrupção"), bem como previstas no Decreto nº 8.420/2015 que a regulamentou, abstendo-se de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de



irregularidades de que tiver conhecimento, por meio dos canais de denúncia disponíveis na **ELEJOR**;

- h) É dever da **CONTRATADA** não permitir que familiar de empregado da **ELEJOR** preste serviços à **CONTRATANTE**, nos termos do Decreto Estadual do Paraná 2.485/2019.
- i) Estabelecer e/ou informar os respectivos canais de denúncias, sejam próprios ou públicos, referentes a quaisquer formas de violação de responsabilidade social e ambiental, no ambiente de trabalho e em sua área de influência. Os canais deverão ser legitimados, acessíveis, previsíveis, equitativos, transparentes, compatíveis com os contextos envolvidos e amplamente divulgados.
- j) Responsabilizar-se exclusivamente sobre todo o pessoal que empregar para a prestação de serviços, inclusive sobre reclamações trabalhistas e acidentes de trabalho eventualmente havidos no curso do contrato;
- k) Designar e manter uma pessoa como responsável e representante da **CONTRATADA** durante o prazo de vigência deste contrato, com o fim especial de tratar de assuntos referentes ao cumprimento do mesmo e à execução dos serviços contratados;
- l) Atender o objeto desta contratação, em especial ao objetivo proposto.

CLÁUSULA VIII - CESSÃO DE CRÉDITOS

A **CONTRATADA** não poderá ceder ou transferir total ou parcialmente o objeto desta AES, ou ainda, subcontratar, no todo ou em partes, o seu objeto, nem comprometer, a título de garantia a terceiros, seus créditos junto a **ELEJOR**, sob pena de rescisão e aplicação de sanções previstas na Lei 13.303/16 e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da **ELEJOR**.

CLÁUSULA IX - NORMAS APLICÁVEIS

A presente contratação está fundamentada no artigo 29, inciso II da Lei Federal nº 13.303/2016, e reger-se-á pelas normas gerais da Lei Federal nº 13.303/2016, Regulamento Interno de Licitações e Contratos da **ELEJOR** e legislações pertinentes.

CLÁUSULA X - PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

ELEJOR e a **CONTRATADA** comprometem-se a cumprir com as obrigações e requisitos das legislações de proteção de informações relacionadas à pessoa natural identificada ou identificável (“Dados Pessoais”) vigentes, incluindo, mas não se limitando à Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD”), Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (“Marco Civil da Internet”), Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (“Código de Defesa do Consumidor”), Lei Complementar nº 166, de 08 de abril de 2019 (“Lei do Cadastro Positivo”), Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (“Lei de Acesso à Informação”) e Decreto nº 7.962, de 15 de março de 2013 (“Decreto Comércio Eletrônico”), conforme aplicável.

§1º Além destas obrigações, a **CONTRATADA** também deverá:

- a) Abster-se de realizar quaisquer ações ou omissões que possam resultar de alguma forma em violação das Legislações de Proteção de Dados Pessoais pela **ELEJOR**;
- b) Tomar todas as medidas razoavelmente necessárias para manter a **ELEJOR** em conformidade com as Legislações de Proteção de Dados Pessoais;
- c) Garantir que qualquer atividade realizada que utilize Dados Pessoais, como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração (“Tratamento”) resultante do objeto do presente Contrato, bem como o uso e marketing de tais dados, e as medidas adotadas para a privacidade e segurança estejam em conformidade com as Legislações de Proteção de Dados Pessoais e sejam consistentes com a Política de Privacidade da **ELEJOR** e com a Política LGPD, conforme disposto em seu site (www.elejobr.com.br), a qual poderá ser atualizada a qualquer tempo, visando conformidade com a legislação brasileira e internacional de proteção de dados pessoais;
- d) Não realizar qualquer Tratamento de Dados Pessoais, resultantes da execução do Contrato, sem enquadramento em uma das bases legais estipuladas no art. 7º da LGPD;



[Handwritten signatures in blue ink]

- e) Adotar medidas técnicas e organizacionais adequadas para garantir a segurança dos Dados Pessoais;
- f) Somente realizar o Tratamento de Dados Pessoais como resultado do presente Contrato com a finalidade de cumprir com as respectivas obrigações contratuais;
- g) Não permitir ou facilitar o Tratamento de Dados Pessoais por terceiros para qualquer finalidade que não seja o cumprimento de suas respectivas obrigações contratuais;
- h) A **CONTRATADA** não poderá subcontratar nenhuma das suas atividades de Tratamento de Dados Pessoais, nos termos do presente Contrato, sem o prévio e expresso consentimento da **ELEJOR**. Havendo subcontratação, a **CONTRATADA** deverá celebrar contrato por escrito com a subcontratada contendo as mesmas obrigações no que se refere à Proteção de Dados Pessoais dispostas no presente Contrato. Em caso de descumprimento pela subcontratada das obrigações em matéria de Proteção de Dados Pessoais que lhe incumbem nos termos do referido contrato por escrito, a **CONTRATADA** continua a ser plenamente responsável perante a **ELEJOR** pelo cumprimento destas obrigações;
- i) Comunicar a **ELEJOR** imediatamente e em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas em caso de incidentes e/ou vazamentos envolvendo dados resultantes do tratamento de Dados Pessoais obtidos para a execução do presente Contrato.

§2º A **ELEJOR** e a **CONTRATADA** desde já pactuam que o descumprimento por uma das Partes, de qualquer Legislação de Proteção de Dados Pessoais, das políticas da **ELEJOR** ou das provisões contidas nesta cláusula gerará obrigação da Parte culpada em indenizar, defender e manter isento(a)(s) a(s) outra(s) Parte(s) e suas entidades afiliadas, conselheiros, diretores, executivos e empregados de todas as responsabilidades, perdas, os danos, prejuízos, custos, despesas, ações, processos, demandas, multas e penalidades decorrentes do descumprimento, por uma das Partes, de suas obrigações, declarações e garantias previstas nesta Cláusula, sendo que nenhuma limitação de responsabilidade eventualmente acordada neste Contrato será aplicada para as indenizações por descumprimento das obrigações desta Cláusula.

§3º A **CONTRATADA** está ciente de que os dados pessoais que porventura constem dos documentos apresentados à contratação estarão sujeitos à publicação no sítio eletrônico da **ELEJOR**, em atendimento à Lei da Transparência, bem como constarão dos registros internos da Companhia pelo prazo de retenção pertinente, para eventuais consultas ao processo que forem necessárias.

CLÁUSULA XI - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS / PENALIDADES

Caberá à **CONTRATADA** multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, em caso de descumprimento parcial do objeto. Em caso de descumprimento da Cláusula IX, multa de 12% sobre o valor total do contrato. No caso de descumprimento total do objeto, ou das demais condições estabelecidas neste instrumento, caberá à **CONTRATADA** multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor desta AES, sempre observada a ampla defesa e o contraditório, conforme previsto no item 11 do RILC.

CLÁUSULA XII - RESCISÃO CONTRATUAL

O AES poderá ser rescindido nas hipóteses e com as consequências previstas no item 10.4 e seguintes do RILC. A **CONTRATADA** reconhece os direitos da **ELEJOR** em caso de rescisão por inexecução total ou parcial do contrato, com as consequências previstas no item 10.4.4 do RILC.

CLÁUSULA XIII - CASOS OMISSOS

Os casos omissos deste AES reger-se-ão pela Lei 13.303/2016 em vigor no País, pelo RILC e pelos documentos integrantes do presente instrumento.

CLÁUSULA XIV – FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta AES, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



Pela ELEJOR:



João Biral Junior
Diretor Presidente



Cleverson Moraes Silveira
Diretor Administrativo Financeiro

Pela CONTRATADA



Darci Alucio Gonçalves
Sócio

TESTEMUNHAS:

Nome: *Feliana C. S.*
CPF: [REDACTED]
RG: [REDACTED]

Nome
CPF:
RG: *Eduardo Joakinson*
Controller
CRCPR 034904/03

